

**LITERATURA, MEMÓRIA E DITADURA MILITAR BRASILEIRA: REFLEXÕES
SOBRE O TEMPO PRESENTE EM OBRAS DE MARCELO RUBENS PAIVA
(1982-2015)**

Nicolas Fernandes Gonsalves¹

Resumo: Este trabalho busca apresentar reflexões provenientes do trabalho de conclusão de curso do autor, intitulado “*A memória é uma mágica não desvendada*”: *trauma e reconciliação sobre a ditadura militar brasileira em obras de Marcelo Rubens Paiva (1982 – 2015)*, concluído em 2020. O TCC teve como base teórica a História do Tempo Presente – com autores como Paul Ricoeur, François Hartog, Henry Rousso e Marieta de Moraes Ferreira – para analisar as obras literárias *Feliz Ano Velho* (1982) e *Ainda Estou Aqui* (2015) de Marcelo Rubens Paiva. A questão central do trabalho buscava saber como podemos refletir acerca de memória e reconciliação sobre a ditadura militar brasileira (1964 – 1985) no tempo presente a partir destas obras. O período do governo ditatorial foi estudado e analisado a partir de historiadores brasileiros como Carlos Fico, Mariana Joffily e Daniel Aarão Reis. O objetivo do presente trabalho é apresentar resultados – e caminhos percorridos para chegar neles – da análise das fontes utilizadas no TCC, feita em conjunto com as referências teóricas, sobre como a História do Tempo Presente pode ser utilizada para pensar este período da história do Brasil e suas reverberações até os dias de hoje, assim como pensar em formas de utilização de literatura por este campo da História.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira; Literatura; Memória; História do Tempo Presente.

Marcelo Rubens Paiva é um jornalista e escritor, nascido em 1959 na cidade de São Paulo. Teve sua vida marcada pela ditadura militar brasileira iniciada em 1964. O autor é filho do engenheiro e deputado Rubens Paiva, que teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional² e em 1971 foi preso³, tendo sido considerado como desaparecido após isso. Este evento traumático de sua vida aparece em algumas de suas obras literárias, como *Feliz Ano Velho*, publicada originalmente em 1982, e *Ainda Estou Aqui*, de 2015.

No primeiro destes livros, uma autobiografia, ele fala de um acidente que sofreu em 1979, que o deixou paraplégico, e no meio da narrativa traz lembranças sobre a prisão e o

¹ Mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: nicolasfernandesg2020@gmail.com.

² O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, tinha como objetivo legitimar o golpe ocorrido no mesmo ano e o governo estabelecido a partir dele, classificando-os como uma revolução vitoriosa. Também buscava impedir qualquer forma de oposição ao regime. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 08/09/2020.

³ De acordo com Marcelo Rubens Paiva, em *Feliz Ano Velho*, o motivo foi uma carta enviada por amigos que estavam exilados no Chile, trazida por Cecília Viveiros de Castro, uma amiga da família que havia ido visitar seu filho no país. Essa informação é confirmada por outros documentos, como o depoimento de Cecília Viveiros de Castro em 1986 ao DOPS, disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/014%20-%20Depoimento%20de%20Cecilia%20a%20DPS.pdf>>. Acesso em: 16/11/2021.

desaparecimento de seu pai. No segundo ele constrói uma biografia de sua mãe, a advogada Eunice Paiva, que depois do desaparecimento do marido, começou uma luta para que a morte dele fosse reconhecida, mas foi além disso e passou a lutar pelos direitos civis de todos os desaparecidos, presos políticos, suas famílias e pela redemocratização. No fim da vida teve Alzheimer, sendo isso o ponto de partida do livro, que traz diversas reflexões sobre memória e a perda dela.

Os casos da família Paiva são emblemáticos na história da ditadura militar brasileira e do processo de redemocratização sobre a mesma, pois são traumas individuais que fazem parte de um trauma coletivo dentro da sociedade brasileira. Estes são representados nestas duas obras literárias de Marcelo Rubens Paiva, construídas a partir de sua memória sobre sua família e suas vivências.

Considerando isto, o presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões feitas sobre literatura, memória e História do Tempo Presente em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “*A memória é uma mágica não desvendada*”: *trauma e reconciliação sobre a ditadura militar brasileira em obras de Marcelo Rubens Paiva (1982 – 2015)*⁴, concluído em 2020, do curso de graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)⁵. Não busco apenas apresentar estes debates iniciados no TCC, mas ampliá-los, buscando com isso uma maior compreensão sobre como literatura, memória e História do Tempo Presente podem dialogar e contribuir para os estudos sobre a ditadura militar brasileira.

O trabalho teve como objetivo central analisar aspectos da memória e reconciliação com o trauma sobre a ditadura militar no Brasil, a partir da literatura de Marcelo Rubens Paiva, para contribuir para o entendimento de nosso tempo presente. Também buscou problematizar sobre os usos da literatura pela História, a partir das obras selecionadas, suas relações e possibilidades que as fontes literárias trazem para pensar sobre o passado e o

⁴ A opção teórica de denominar esta ditadura como militar tem base no historiador Carlos Fico (2017), que afirma que o regime inaugurado pelo golpe de 1964 foi “[...] inteiramente controlado por militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (‘foi militar, mas também civil’ ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso - além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares.” (FICO, 2017, p. 53).

⁵ No momento em que esse artigo foi escrito, o TCC já havia sido aprovado, mas ainda não havia sido publicado, por isso ele não se encontra nas referências ao final do texto.

presente do Brasil. Por fim, intentou refletir sobre a atuação da família Paiva na resistência contra a ditadura militar brasileira e nos processos de redemocratização no fim da mesma. Para isso os livros foram analisados separadamente e de forma comparativa.

A opção por trabalhar com a História do Tempo Presente se deu devido a sua relação direta com memórias e traumas e porque ela se estabelece como uma história dos retornos: do político, do fato e do acontecimento, de maneira renovada. As historiadoras Luciana Rossato e Maria Teresa Santos Cunha (2017), afirmam que a História do Tempo Presente nos abre

possibilidade de um recorte temporal para trabalhar a História como um campo de estudos que comporte construções interpretativas dos processos e eventos que tiveram, ou têm lugar, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX e no início deste século XXI. (ROSSATO; CUNHA, 2017, p. 164).

Assim como permite uma interlocução entre a história e outras áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia, psicologia e jornalismo. O historiador Christian Delacroix (2018) mostra como a História do Tempo Presente possui relações ambíguas com demandas sociais e que possibilita a utilização das memórias como objeto de estudo:

[...] a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. (DELACROIX, 2018, p. 47).

Isto porque seu surgimento foi influenciado por demandas provenientes de catástrofes do século XX. O historiador Henry Rousso (2016), nos mostra que a história do tempo presente está associada com eventos traumáticos, como a ditadura militar brasileira, e suas relações com nosso tempo atual: “[...] uma história que se confrontou com o trágico do século passado e também com o deste século balbuciente.” (ROUSSO, 2016, p. 19). Ele também mostra como as noções de memória e os testemunhos passaram a ter papel importante para a história. Da mesma forma, François Hartog (2017) afirma que “hoje, o historiador deve se ater somente ao círculo do presente, desse presente vasto, novo território da memória.” (HARTOG, 2017, p. 32).

Já a escolha de trabalhar com literatura foi porque esta passou a ser utilizada como fonte histórica nas últimas décadas, especialmente para entender o universo cultural, os valores sociais e experiências de homens e mulheres no tempo, como aponta Antonio Celso Ferreira (2009). O autor diz que não existe um consenso sobre a maneira que a historiografia se relaciona com a literatura, nem sobre quais metodologias são apropriadas para utilizar obras literárias como fonte. (FERREIRA, 2009, p. 61 – 61). Mas ele aponta que o historiador que utilizar fontes literárias deve “[...] confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica.” (FERREIRA, 2009, p. 77).

Sobre biografias – como as obras trabalhadas aqui - François Dosse (2009), mostra que hoje elas não têm o caráter do culto de uma vida exemplar, como tinha a *Historia magistra vitae*, mas sim, uma preocupação com a singularidade. A busca por identidade que as biografias tinham no século XIX não cessaram, mas agora a identidade é tida como algo plural, como múltipla, como multifacetada, como diz o autor: “O moderno regime de historicidade desconstrói as figuras tutelares que se prestam à identificação. Essa desconstrução abre possibilidades para as figuras plurais.” (DOSSE, 2009, p. 297). De acordo com o historiador, este gênero literário se aproxima da escrita histórica pois ambos constroem uma certa imagem do passado e a transmitem à sociedade, mas com métodos diferentes. Sendo assim, as biografias – assim como a historiografia - não podem ser interpretadas como verdades absolutas, mas sim, utilizadas para pensar em questões mais subjetivas na História, como as memórias sobre um determinado período. (DOSSE, 2009, p. 410).

Sendo assim, o cruzamento das fontes com outros documentos, como fotos, leis e notícias de jornais foi fundamental para a pesquisa. É necessário saber que estes objetos de estudo também não vão apresentar uma “verdade pura”, mas nos permitem perceber outros aspectos sobre o período estudado, para além da subjetividade do autor das obras literárias. O diálogo com outras áreas de conhecimento também foi enriquecedor para o trabalho, como a utilização do livro *A memória, a história, o esquecimento*, do filósofo Paul Ricoeur (2007), da área da fenomenologia, para os debates sobre memória.

Algo que esses cruzamentos de fontes e de diferentes áreas do conhecimento possibilitou perceber, foi que o caso Rubens Paiva e o trauma de Marcelo Rubens Paiva sobre isso, não são individuais, mas refletem um contexto coletivo. A própria memória do autor está inserida em uma memória coletiva, nacional, além de também estar inserida em um contexto mais próximo de memória, que é dos seus familiares. No livro, Marcelo Rubens Paiva não apropria as memórias ali presentes apenas a si mesmo, em diversas partes as atribui à sua família e, algumas vezes, para além disso, se referindo à sociedade brasileira de forma mais geral, como quando ele diz: “No começo de 1974, morando em Santos, a família Rubens Paiva já não tinha qualquer esperança de que o homem da casa estivesse vivo. Os boinas-verdes desse país continuavam afirmando que ele fugira.” (PAIVA, 1982, p. 153)

Como afirma Paul Ricoeur (2007): “[...] não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros.” (RICOEUR, 2007, p. 142). Portanto, as memórias coletivas são construídas por memórias individuais, mas o contrário também ocorre. No caso de Marcelo Rubens Paiva e de suas obras analisadas aqui, é perceptível que a memória do desaparecimento de seu pai não é apenas sua, mas também de seus próximos, dos outros.

No trecho de *Feliz Ano Velho* apresentado anteriormente, quando o autor menciona a versão dos militares sobre o evento, podemos perceber um conflito de narrativas gerado sobre o caso. A memória é um espaço de disputa, em que surgem discursos conflitantes e, também, conflitos entre memória e esquecimento. Michael Pollak afirma que:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p. 5).

A historiadora Sônia Meneses (2013), mostra como a memória sobre o golpe de 1964 e sobre o regime totalitário que o seguiu se tornou um espaço de disputa, não apenas entre os militares e os que resistiram contra o regime, nem apenas entre a população civil, mas

também nos grandes meios de comunicação, como jornais. Houve a produção de uma memória instrumentalizada sobre o evento, que inicialmente o colocava como algo positivo, mas que com o tempo ganhou uma mudança de identidade, especialmente quando tiveram início os debates sobre a abertura política, no fim da década de 1970 e início da de 1980. Esta disputa não foi encerrada e estas formulações de sentido sobre o passado e o presente, em relação à ditadura militar, continuam em movimento e continuam influenciando o imaginário popular sobre o período. Carlos Fico (2017) mostra que é comum surgirem memórias traumáticas, mas que também é comum surgirem memórias confortáveis sobre o período da ditadura militar e afirma que a função dos historiadores é analisar estas diferentes e conflitantes rememorações sobre o período e desenredar este fenômeno. Sendo assim, é necessário analisar estas memórias não como verdades ou mentiras absolutas, mas sabendo relacioná-las entre si e com outros documentos, considerando, também, os sentimentos que as envolvem.

Ricoeur também afirma que a memória tem um papel fundamental na significação do passado: “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela.” (RICOEUR, 2007, p. 40). Sendo assim, podemos perceber na obra de Marcelo Rubens Paiva uma tentativa de dar significado ao passado a partir de suas lembranças e sua memória sobre o desaparecimento de seu pai, com a construção de uma narrativa sentimental sobre o assunto. A forma que estas memórias são trazidas à tona é sensível e pessoal, acentuando o caráter de testemunho, como na seguinte passagem, em que o autor narra sua volta para casa, após o período que passou na casa de conhecidos de seus pais, e a volta de sua mãe da prisão e, então, fica explícita a forma com que tais eventos afetaram ambos:

Duas semanas depois, toca o telefone. Minha mãe estava solta. Alívio. Meu pai ainda não. Voltei imediatamente pro Rio e encontrei minha mãe exausta, deitada na sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Tive o pior ataque de asma da minha vida. (PAIVA, 1982, p. 62).

Além disso, o que reforça o caráter testemunhal é que a narrativa se enquadra em um contexto coletivo e Marcelo reconhece isso, afirmando que sua família não é a única que

passou por uma tragédia desse tipo. Por mais que o livro seja uma autobiografia, o autor não deixa de trazer para sua narrativa o contexto social e político em que está inserido, trazendo a sociedade brasileira para a obra, o que faz com que outras pessoas possam se identificar com a história que conta.

A memória pode ser utilizada como fonte pela história não apenas para compreender aspectos do passado, mas também do presente - já que toda e qualquer memória parte do presente para pensar o passado. Algum acontecimento do passado que hoje é lembrado de uma forma, amanhã pode ser rememorado de jeito diferente, com um novo significado. Portanto, as memórias são mutáveis, estão sempre em movimento. Sendo assim, na análise das obras foram compreendidas reverberações do passado no presente, algo interessante para pensar dentro da História do Tempo Presente, já que ela busca compreender isto. Essa foi uma das principais considerações para comparar os dois livros, pois busquei entender o porquê de duas narrativas escritas por um mesmo autor, sobre um mesmo assunto, apresentam diferenças. E a conclusão chegada foi de que a memória constrói uma imagem do passado a partir do presente, então cada um dos livros foi escrito a partir das demandas de seu tempo. Quando a primeira obra (*Feliz Ano Velho*) foi escrita, a ditadura não havia acabado ainda e o caso Rubens Paiva ainda não havia sido solucionado, então a necessidade de seu filho era falar sobre ele.

Aqui é importante falar que a opção teórica de periodização da ditadura militar brasileira é feita a partir de Carlos Fico (2017), que afirma que a ditadura ocorreu durante todo o período em que militares ocuparam o cargo de presidente, entre 1964 e 1985. De acordo com o autor, o período anterior ao Ato Institucional nº5 (AI-5) pode ser considerado parte do regime ditatorial pois já havia restrições ao funcionamento do Congresso Nacional e outras casas legislativas, censura e repressão a movimentos sociais. O período posterior ao AI-5 é considerado, pelo autor, ainda uma ditadura pois esta só teria fim com a eleição de um civil. O período entre 1979 e 1985 foi um período de abertura política, mas, ainda assim, uma ditadura. Outras periodizações são propostas por outros autores, como Daniel Aarão Reis (2000) - que afirma que ela teria acabado em 1979, com a revogação das leis de exceção e dos

atos institucionais e com a Lei de Anistia⁶ – e Marco Antonio Villa (2014) – que defende que apenas houve um regime ditatorial enquanto o Ato Institucional nº 5 estava em vigor.

Já quando o segundo livro foi escrito, estava fazendo 35 anos do fim do governo militar e a morte de Rubens Paiva já tinha sido reconhecida pelo Estado, com a Lei 9.140⁷, de 4 de dezembro de 1995, também conhecida como Lei dos mortos e desaparecidos, que reconhecia como mortas as pessoas detidas por agentes públicos durante a ditadura militar e que, desde então, estavam desaparecidas, com a Comissão de Mortos e Desaparecidos, da qual Eunice fez parte por alguns meses, e com a conquista da certidão de óbito de Rubens Paiva em 1996. Além disso, também já havia sido concluída a Comissão Nacional da Verdade, a qual foi importante não apenas para o desenvolvimento do caso Rubens Paiva, mas para a construção da memória nacional sobre a ditadura militar. Ele afirma que com ela o caso foi quase completado, mas falta o principal: o corpo. O período após a conclusão da Comissão Nacional da Verdade foi ideal para o lançamento de um novo livro que tratasse sobre o caso Rubens Paiva, agora com uma versão reconciliada. Soma-se ainda a questão do Alzheimer que Eunice Paiva estava enfrentando no momento da escrita e da publicação de *Ainda Estou Aqui*, que é o ponto de partida do livro, o que mostra a vontade – talvez até uma necessidade – do autor de falar sobre isso.

Esta mudança de protagonismo de um livro para outro foi uma discussão central no Trabalho de Conclusão de Curso. No primeiro deles é construída sobre o pai do autor uma certa imagem de herói, já no segundo ela é desconstruída e transferida para a mãe. Com o diálogo com outras fontes e textos teóricos – cuja importância foi mencionada anteriormente – se chegou à conclusão de que esta mudança de protagonismo envolve duas questões centrais: de reconciliação com o trauma e de gênero. Com a resolução sobre o caso do desaparecimento de seu pai, Marcelo Rubens Paiva pôde rememorar, ressignificar e reconciliar sua memória sobre isto. Apenas então veio a necessidade de falar sobre sua mãe, que na época do lançamento do livro sofria com Alzheimer, o que reforçou a necessidade do autor de falar e de criar uma imagem heroica sobre ela. Já as questões de gênero envolvem esta mudança pois

⁶ Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm>. Acesso em: 20/11/2021.

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm>. Acesso em: 20/11/2021.

Eunice Paiva não foi a única mulher a ter sua atuação política invisibilizada. Outras mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil também tiveram suas histórias ofuscadas pelas militâncias de homens.

Isso leva a outra questão: a relação entre contexto individual e coletivo, micro e macro. Olhar para os momentos de publicação, além de levar à conclusão de que a memória atende as demandas de seu tempo, permitiu uma compreensão melhor sobre a mudança de protagonismo de um livro para o outro e o contrário também ocorreu, pois buscando entender essa mudança, foi possível compreender melhor o contexto coletivo da publicação das obras. Da mesma forma que o caso de Eunice Paiva não é isolado, o de Rubens Paiva também não é. Ambos são casos individuais que fazem parte de um contexto coletivo. Esta relação entre micro e macro é característica da História do Tempo Presente, a qual surge a partir de demandas sociais de vítimas de regimes autoritários. Com ela a história passou a valorizar a memória e os testemunhos e a fazer esta conexão entre casos individuais e contextos coletivos.

Outra conclusão chegada sobre memória foi de que os livros selecionados são reação a um esquecimento forçado pelo Estado com a Lei de Anistia, a qual perdoava não apenas as vítimas da ditadura militar, mas também os agentes da repressão, o que gerou - e gera até hoje - grandes discussões, retaliação por uma parte da sociedade e, também, algumas complicações na forma de lidar com este passado. De acordo com a historiadora Carla Simone Rodeghero (2014), a Lei de Anistia de 1979 vem sendo usada para impedir que sejam abertos processos contra responsáveis por crimes cometidos contra opositores do governo militar, como sequestros, torturas, desaparecimentos e assassinatos. Foram feitas alterações na lei, mas a menção aos crimes conexos⁸ nunca foi tocada, o que de acordo com a autora, interfere na implantação das medidas de justiça de transição. Isso tudo implica em um certo esquecimento sobre este período.

Feliz Ano Velho foi publicado três anos após a Lei de Anistia, um momento em que há uma grande necessidade - individual e coletiva - de lembrar e de ser lembrado. A escritora e

⁸ De acordo com o JusBrasil, crime conexo é um “delito relacionado a outro porque praticado para a realização ou ocultação do segundo, porque estão em relação de causa e efeito, ou porque um é cometido durante a execução do outro.” (JUSBRASIL).

crítica literária Beatriz Sarlo, afirma que “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado.” (SARLO, 2007, p. 45). A literatura é uma forma de lembrar, de trazer à tona a memória sobre algo que passou.

Desta forma, as conclusões alcançadas sobre memória, literatura e História, no trabalho de conclusão de curso aqui apresentado, são:

- Tanto a memória quanto a história, constroem uma imagem do passado a partir do presente. Portanto, cada um dos livros aqui analisados, foi escrito a partir das demandas de seu tempo;
- A memória se modifica e dá significado ao passado a partir do presente;
- O caso Rubens Paiva não se mantém apenas em um âmbito individual, mas reflete um contexto coletivo. Analisar este caso permitiu reflexões sobre um contexto maior.
- Olhar para os diferentes contextos de publicação destas duas obras, permitiu que tenhamos uma melhor compreensão sobre a mudança de protagonismo que ocorre de uma para outra e vice-versa, pois refletir sobre estes enfoques diferentes também permitiu compreender aspectos destes períodos temporais.
- O trauma é perceptível na forma com que Marcelo Rubens Paiva retrata o caso. Porém, mesmo sendo doloroso, o escritor busca manter esta memória viva, em reação ao esquecimento forçado pelo Estado com a anistia de 1979.

Sendo assim, com a análise de literaturas e de memórias, sob o olhar da História do Tempo Presente, é possível compreender complexos aspectos, individuais e coletivos, sobre eventos do passado e sobre como eles se mantêm vivos no tempo presente.

REFERÊNCIAS

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709/8049>. Acesso em: 17/11/2021.

DO CRIME CONEXO. **JusBrasil**. Acesso em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297560/crime-conexo#:~:text=Delito%20relacionado%2>

[0a%20outro%20porque,durante%20a%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do%20outro.](#)

Acesso em: 12/10/2020.

DOSSE, François. **Desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina. **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338151136002.pdf>. Acesso em: 16/11/2021.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 252 p.

MENESES, Sônia. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013039/2836>. Acesso em: 28/08/2020.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda Estou Aqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz Ano Velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2. nº 3, p. 3 - 15, mar. 1989, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 28/08/2020.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014. 267 p.

ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 162 - 185. jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017162/6756>. Acesso em: 17/11/2021.

RICOEUR, Paul,. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP 2007. 535 p.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



ROUSSO, Henry,. **A última catástrofe:** a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. 341 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985:** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.